ASPECTOS FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neudiran Gonçalves Nunes de Méllo

**RESUMO**

O tema deste trabalho foi escolhido a fim de que se possa refletir acerca das ideias norteadoras dos documentos oficiais, especificamente a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), e que possam de modo prático, observar e/ou construírem uma proposta de trabalho que leve em conta as áreas do saber que o semestre envolve de maneira interdisciplinar e que reflete a ação do professor-pedagogo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os aspectos sociológicos estão ligados em como a educação infantil reflete no processo de formação das crianças e com isso a necessidade de instituições escolares que trabalhem corretamente, o que traça um paralelo com os aspectos políticos, que vão desde a promoção de programas para o ensino infantil como a necessidade de políticas públicas para o campo da educação. Por fim, os aspectos pedagógicos estão relacionados ao cotidiano escolar e tanto na didática como na organização do currículo. Este artigo que aborda o tema “Aspectos filosóficos, sociológicos e pedagógicos na Educação Infantil” tem como finalidade abordar os conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas desse semestre, possibilitando a articulação com o que está sendo proposto na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que guia os conhecimentos a serem contemplados nas práticas pedagógicas concretizadas na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** BNCC. Professor-Pedagogo. Aspectos Sociológicos. Educação Infantil.

# 1 INTRODUÇÃO

Este artigo que aborda o tema “Aspectos filosóficos, sociológicos e pedagógicos na Educação Infantil” tem como finalidade abordar os conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas desse semestre, possibilitando a articulação com o que está sendo proposto na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que guia os conhecimentos a serem contemplados nas práticas pedagógicas concretizadas na Educação Infantil.

Esta produção textual tem como objetivos compreender a concepção de sujeito a ser formado a partir dos fundamentos teóricos que embasam a etapa da Educação Infantil na BNCC e articular os aspectos filosóficos e sociológicos à prática docente tendo em vista a formação do sujeito crítico e autônomo.

 A Base institui conhecimentos, competências e habilidades esperados que todos os educandos desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Guiada pelos princípios éticos, políticos e estéticos projetados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base adiciona-se aos propósitos que direcionam a educação do país para formação o homem integralmente e para construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

 O tema deste trabalho foi escolhido a fim de que se possa refletir acerca das ideias norteadoras dos documentos oficiais, especificamente a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), e que possam de modo prático, observar e/ou construírem uma proposta de trabalho que leve em conta as áreas do saber que o semestre envolve de maneira interdisciplinar e que reflete a ação do professor-pedagogo nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

 Os questionamentos fazem com que seja possível a compreensão de que o processo educativo está repleto de interesses em volta de um projeto social e profundamente relacionado aos objetivos das instituições escolares. Daí pode-se afirmar que um currículo propaga uma ideia de seleção, produto da opção de um grupo casual montado de legitimidade para tal finalidade.

 Os valores estabelecidos numa base comum curricular são hoje abonados pela indigência da padronização de instrumentos de ensino nas escolas e, então, observa-se o surgimento de um documento que está preocupado com os descritores avaliativos nacionais do que mesmo com o processo social.

 Argumenta-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não são satisfatórios e são bastante extensos e que não mencionam o que deve ser ensinado nas escolas. Mas, a verdade é que esse documento trouxe altercações referentes às demandas frágeis no palco das compreensões teóricas, convocando os estados para refletirem acerca dos seus oportunos currículos tendo como base as diretrizes que os norteiam e as suas realidades ambientais.

 É evidente que não se deve dizer que o documento anterior era a melhor referência para o ensino no país; mas, ao que se tem atualmente, sua lógica empresarial é contemporânea no que diz respeito à educação, promovendo a padronização da rede globo de cidadania, e isso é bastante receoso, pois o silenciamento dessas questões conceituais e filosóficas educativas e o esforço podem demarcar a representação de instrumentos do saber.

 A educação infantil deve ser realizada de forma que o educador estimule o desenvolvimento cognitivo dos alunos, e, através do caráter filosófico, os ensine sobre o questionamento a cerca de uma questão para a resolução de uma atividade.

 Além disso, os aspectos sociológicos estão ligados em como a educação infantil reflete no processo de formação das crianças e com isso a necessidade de instituições escolares que trabalhem corretamente, o que traça um paralelo com os aspectos políticos, que vão desde a promoção de programas para o ensino infantil como a necessidade de políticas públicas para o campo da educação. Por fim, os aspectos pedagógicos estão relacionados ao cotidiano escolar e tanto na didática como na organização do currículo.

# DESENVOLVIMENTO

 É de suma importância o estudo de documentos oficiais como a BNCC, pois eles buscam responder, da perspectiva do currículo, à enorme crise educacional, através de uma lógica que dá privilégio a certo controle centralizado dos processos da educação. Uma vez determinadas e pormenorizadas as finalidades de aprendizagem que precisam ser buscados nas salas de aula de todo o país, fica ainda determinada a fundamental referência, ou a noção qualitativa, que orienta as políticas avaliativas e a produção de materiais didáticos, atravessando formação de professores.

 As principais diretrizes no ensino-aprendizagem de cada uma das disciplinas desse semestre, conforme a BNCC, para além das competências, cada uma das áreas tem sua função essencial na formação integral dos estudantes do Ensino Fundamental. E isso consta nos textos de exposição das disciplinas na BNCC. A amostra dessa função, que pode ser vista no documento, destaca as características do segmento, considerando as especificidades e as questões pedagógicas de cada fase da educação.

 A união das diversas áreas de conhecimento no trabalho pedagógico, do ponto de vista da BNCC, aponta que este documento é um ponto de partida para que as unidades federativas possam definir suas propostas curriculares e que as instituições escolares possam definir seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs). Como especifica o próprio documento, os currículos necessitarão ter a composição de uma base nacional comum, a ser completada, em cada um dos sistemas de ensino e em cada um dos estabelecimentos escolares, por uma parte diversificada, estabelecida pelas peculiaridades regionais e locais do meio social, da cultura, da economia e do perfil dos estudantes.

 A Educação Infantil é a primeira fase da Educação Básica e nela se inicia e se fundamenta o processo educacional. O ingresso na creche ou na pré-escola significa, muitas vezes, o primeiro afastamento das crianças dos seus vínculos de afetividade familiar para a incorporação de uma circunstância de socialização estruturada. De acordo com a BNCC (2017, p. 34):

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

 Nesse sentido, e potencializando os aprendizados e o desenvolvimento infantil, praticar o diálogo e compartilhar responsabilidades entre a escola de Educação Infantil e a família é fundamental. Além do mais, a escola necessita conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza e/ou diversidade cultural familiar e da comunitária.

 Interagir durante o brincar diferencia o dia a dia da criança, trazendo consigo diversas aprendizagens e potenciais para desenvolver as crianças integralmente. Quando se observa as interações e a brincadeira entre as crianças e com os adultos, pode-se identificar a expressão afetiva, a intervenção das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação emotiva. Segundo a BNCC (2017, p. 35):

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimentoasseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

 Esse ponto de vista de criança como alguém que observa, interroga, levanta suposições, finaliza, julga e assimila valores e que estabelece conhecimentos e se apropria do saber sistematizado através da ação e das interações com o mundo social e físico não deve derivar no isolamento de tais aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou automático. Pelo contrário, estabelece a necessidade de produzir intencionalidade educacional às práticas pedagógicas na Educação Infantil, seja na creche ou na pré-escola.

 Isso implica dizer que parte do trabalho do professor consiste na reflexão, seleção, organização, planejamento, mediação e monitoramento do conjunto das práticas e interações, assegurando a multiplicidade de circunstâncias que requeiram o desenvolvimento infantil pleno.

 O conceito e a designação dos campos de vivências, além disso, se fundamentam no que dispõem as DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil) no que diz respeito aos saberes e conhecimentos essenciais a ser proporcionados às crianças e coligados às suas experiências. Levando em conta tais saberes e conhecimentos, os campos de vivências em que a BNCC está organizada são:

* **O eu, o outro e o nós** – quando as crianças interagem com os pares e com adultos e vão formando uma forma própria de atuar, experimentar e refletir e descobrem que há outras maneiras de viver, pessoas diferentes, com outras concepções.
* **Corpo, gestos e movimentos –** quando as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos a sua volta, estabelecendo relações, expressando-se, brincando e produzindo conhecimentos sobre si mesmos, sobre o outro, sobre o universo cultural e social, tornando-se conscientes dessa corporeidade.
* **Traços, sons, cores e formas –** quando as crianças convivem com manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais diferentes, no dia a dia escolar, possibilitando às crianças, através de experiências variadas, a vivência diversificada de formas de expressão e linguagens, como as artes visuais, a música, o teatro, a dança e o audiovisual, etc.
* **Escuta, fala, pensamento e imaginação –** quando as crianças desde que nascem, participam de ocasiões comunicativas diárias com as pessoas com quem interagem.
* **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações –** quando as crianças vivem incluídas em ambientes e tempos de diferentes extensões, num mundo formado por fenômenos naturais e socioculturais.

A BNCC (2017, p. 40) deixa claro que:

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros.

Assim, nessa convivência com textos escritos, as crianças constroem suposições sobre a escrita que é revelada, primeiramente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão distinguindo as letras, em escritas não convencionais, mas que já indicam a compreensão da escrita como sistema de representação linguística.

Deste modo, a Educação Infantil necessita causar experiências onde as crianças possam observar e manipular objetos, pesquisar e explorar seu entorno, levantar suposições e examinar fontes de informação para procurar respostas para as suas curiosidades e questionamentos. Assim, a escola estará instituindo oportunidades para as crianças ampliarem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e utilizá-los em seu dia a dia. A BNCC (2017, p. 42) afirma que:

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Reconhecer as especificidades dos diferentes grupos de idade que compõem a fase da Educação Infantil, as finalidades de aprendizagem e desenvolvimento estão de modo sequencial organizados em três grupos por idade, que obedecem às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento infantil. No entanto, esses grupos não devem ser apreciados de maneira rígida, já que existem diferenças de ritmo na aprendizagem e no desenvolvimento infantil que necessitam ser levadas em conta na prática pedagógica.

A criança, ao interagir com seus pares e com adultos, experimenta a atenção pessoal e outras práticas sociais onde aprende a se perceber como um “eu, a considerar seus parceiros como um “outro” e a tomar consciência da existência de um “nos”. Nesse processo, vai se formando como alguém com uma maneira própria de agir, sentir e pensar. Para Oliveira (2018, p. 15):

O processo de construção da identidade e central para o desenvolvimento. Ele acontece ao longo de toda a vida, mas e particularmente intenso durante a Educação Infantil. Assim, o campo de experiências “O eu, o outro e o nos” demanda uma atenção especial. O foco desse campo e possibilitar a criança viver novas formas mais amorosas, cooperativas e democráticas de se relacionar com seus pares e com adultos. Afinal, ter amigos, brincar ou explorar o ambiente com alguém, colaborar ou opor-se a um companheiro, receber um carinho quando triste são ações que ampliam sua confiança e participação nas atividades individuais e coletivas.

 Isso significa dizer que o desafio que se coloca para a criança é a percepção de que existe no mundo uma coletividade de pessoas diferentes em papeis distintos, algumas mais perto e outras mais longe.

 Ingressar na Educação Infantil dera o desafio do relacionamento com adultos e crianças em um espaço diferente de sua casa, com lugares, costumes e rotinas variados dos que estão habituados. Acolher cada um nesse momento é essencial, motivando vivências que promovem o desenvolvimento à medida que são criadas conexões com o educador, com os adultos e com os colegas.

Assim, nas interações estabelecidas pelas crianças com parceiros adultos e com outras crianças, aprendem a expressar suas sensações, percepções, emoções e pensamentos, criando laços de afetividade com outras crianças e com os adultos confrontando seus modos de agir com as do parceiro e podem até se colocar no lugar do outro, apreendendo os sentimentos, as razões e as ideias expressas por ela. Na opinião de Oliveira (2018, p. 16):

E importante que ocorram, no cotidiano da unidade de Educação Infantil, situações que ampliem as possibilidades de a criança cuidar de si e de outrem, de se expressar, comunicar, criar, conviver, brincar em grupo, ter iniciativa, buscar soluções para problemas e conflitos, assim como participar da construção de um ambiente onde natureza e cultura convivam em harmonia, levando em conta a necessidade de preservar o planeta em que vivemos.

 Nesse caso, a atenção pessoal na Educação Infantil exige uma interação face a face, instituindo sequências de movimentos cooperativos permeados por ações atentas e comunicativas, repercutindo no desenvolvimento integral, na formação da identidade pessoal e na socialização que caracteriza o indivíduo. Ela possibilita que o grupo atitudinal e técnicas de atenção pessoal, vividas ou observadas pela criança sejam copiados e recriados em seguida em suas interações e brincadeiras, proporcionando o desenvolvimento de aptidões e conhecimentos para cuidar de si e dos outros.

 Na Educação Infantil, é necessário que se crie oportunidades para as crianças entrarem em contato com outros grupos sociais e culturais, outras formas de vida, atitudes diferentes, técnicas e formal de cuidados pessoais e do coletivo, hábitos, comemorações e narrativas. Nessas vivências, elas ampliam a forma de percepção de si mesmas e do outro, valorizando sua identidade, respeitando os outros e reconhecendo as diferenças que os formam como pessoas que são. De acordo com Oliveira (2018, p. 30):

Contudo, para garantir praticas pedagógicas em que as interações e a brincadeira envolvam experiências sensoriais e corporais que possibilitem a expressão da individualidade e o respeito pelos ritmos e desejos de cada criança, tal como propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil — DCNEI (Resolução CNE/CEB no 05/09, art. 9º), e necessário superar a concepção de corpo que embasou durante muito tempo o processo de Educação, tanto no lar como nas instituições de ensino.

Isso implica dizer que, na visão contemporânea, o corpo da criança é um integrante de privilégio das práticas pedagógicas guiadas para interagir e criar junto aos parceiros da Educação Infantil. Ele está presente em todas as circunstâncias diárias, expressando o sentido pessoal que cada uma.

Por outro lado, ele é objeto de um trabalho pedagógico voltado para as atividades que as crianças executam em jogos, dramatizações e danças e no faz de conta e que ainda atuam na formação social, cultural e histórica do corpo de cada criança. Compete ao educador dar apoio ao desenvolvimento de aspectos característicos da motricidade infantil no decorrer das práticas escolhidas para a cultura corporal.

 Na primeira fase da infância, o corpo é o instrumento de expressão e de comunicação por excelência, que dá suporte ao desenvolvimento emocional e mental, fundamentais para a construção de afetos e saberes. Através de gestos, expressões faciais e movimentos corporais, ao nascer e ao longo da vida, as pessoas exploram o espaço, expressam seus sentimentos e vontades, interagindo e se comunicando com seus parceiros.

Contudo, o corpo expressivo, comunicativo e provocador da criança conduzem a observação e imitação do corpo do outro. Acontece, portanto, um aprendizado de posturas, que deve fugir da ideia de conformidade dos corpos a um padrão de postura em um foco disciplinador.

Esse trabalho é iniciado à medida que o educador institui um espaço onde ela pode explorar, rolar, sentar, engatinhar, andar, correr, saltar, imitar e, além disso, segurar objetos, arremessá-los, manipulá-los, empilhá-los, encaixá-los, bem como fazer caretas, adotar postura suave ou rígida mediante uma circunstância. Tais vivências preparam a criança e a seguem ao longo da vida no desenvolvimento de seu pensamento, sendo guardiãs da reação afetiva que ela organiza no que diz respeito ao mundo e de sua identidade pessoal em formação.

**3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 Diversos questionamentos trazem à realidade uma grande verdade: o processo de educação está cercado de interesses em volta de um determinado projeto social e profundamente voltado para os objetivos institucionais. Por isso é possível afirmar que um currículo anuncia um conhecimento seletivo, produto da escolha de qualquer grupo ocasional que monta uma legitimidade para isso.

Sabe-se que os empenhos em se constituir uma base curricular comum são presentemente explicados pela necessidade de se uniformizar os elementos de ensino nas escolas brasileiras e, para tanto, vê-se surgir um documento que muito se preocupa com os elementos descritores das avaliações nacionais do que mesmo com a questão social.

Vale ressaltar que a argumentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não era suficiente e muito extensa, os quais não especificavam o que era necessário ensinar na escola, todos os anos. A verdade é que os PCN trouxeram debates relacionados às questões cristalizadas no âmbito dos pontos de vista teóricos e convidou os estados brasileiros a refletirem acerca dos seus próprios currículos desde as diretrizes norteadoras e de suas realidades locais.

Mas, isso não significa que não se trata de dizer que o documento antecedente era a melhor referência que alguém poderia ter para o ensino no Brasil; contudo, baseando-se pelo que se tem atualmente, e levando em conta o projeto do governo é muito temeroso tanto no que se refere ao silenciamento de teses conceituais e filosóficas educacionais quanto no esforço para a delimitação do quadro de componentes do saber.

A compreensão de tanto esforço para se fazer consentir essa proposta de currículo leva em conta que determinados enrijecimentos para a construção de um currículo se devem à fantasia da unidade nacional conexa à inocência da língua, à importância que é dada à ortografia e às classes gramaticais que, sob a concepção cultural, expressa o privilégio do passado e promover um ensino que renuncia as diferenças e bloqueia as práticas de comunicação como finalidade da cultura escolar e como uma forma de construir o conhecimento.

###### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF, 2017.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Campos de Experiência:** efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil. Ministério da Educação. São Paulo: Fundação Santilana, 2018.